SEGURO RURAL É O CAMINHO DOS SUBSÍDIOS AGRÍCOLAS

WILSON VAZ DE ARAÚJO

SECRETÁRIO DA SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (SPA/MAPA)

DA REDAÇÃO

Natural do Paraná, Wilson Vaz de Araújo iniciou a sua carreira profissional em escritórios de planejamento agropecuário do seu estado. Passou pelo Rio Grande do Sul antes de se mudar para Brasília. Foi responsável pela elaboração do projeto de ocupação do Cerrado na região Centro-Oeste. Funcionário da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), está cedido ao MAPA. Em abril último, após quase dois anos na Diretoria do Departamento de Crédito e Estudos Econômicos, assumiu a SPA. Com duas décadas de participação na concepção do Plano Agrícola e Pecuário (PAP), o técnico comenta as mudanças no agro brasileiro e as trajetórias a serem tomadas pelas políticas agrícolas.



ANTONIO ARAÚJO

O TETO DOS GASTOS PÚBLICOS AFETOU O PAP PARA A SAFRA 2018/19?

WILSON VAZ DE ARAÚJO: Tivemos de fazer uma adequação nos orçamentos dentro dos limites estabelecidos pela Proposta de Emenda Constitucional que estabeleceu o teto dos gastos públicos (PEC nº 95). Na safra 2017/18, a dotação do Tesouro Nacional para a equalização da taxa de juros foi de R$ 9,7 bilhões (diferença entre a taxa de juros praticada no mercado financeiro e a taxa paga pelo produtor). Para a safra 2018/19, como manda a PEC, aplicamos a taxa de inflação de 2018 e fomos para R$ 9,9 bilhões.

A quantidade anunciada foi de R$ 31,0 bilhões para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e de R$ 191 bilhões para a agricultura comercial. No total, foram R$ 222 bilhões. Deste montante, 82% serão aplicados à taxa de juros controlados e 18%, à taxa de juros livres. No crédito, a taxa de juros controlados vai de 5,25% a 9,50%. A média fica entre 5,0% e 6,0%, pouco abaixo da taxa Selic. Diante do tamanho do ajuste realizado pelo Governo, temos uma leitura positiva, pois o setor agrícola foi poupado de cortes substanciais.

AS CHAMADAS OPERAÇÕES *BARTER* AUMENTAM COM A EMISSÃO DOS TÍTULOS DO AGRONEGÓCIO?

WVA: Com certeza, sim. Temos três títulos do agronegócio que são as maiores fontes de captação de recursos no mercado de capitais com os investidores privados. Todos foram lançados em 2006. A Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) é o carro-chefe, com uma captação mensal da ordem de R$ 15 bilhões. A sua emissão é feita pelas instituições financeiras. Em segundo lugar, vem o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), que precisa de uma empresa de propósito específico para fazer a sua emissão, com uma forte evolução: de 2014 para cá, saiu de um patamar de R$ 2 bilhões e chegou a R$ 30 bilhões.

Como ainda são títulos novos, há necessidade de ajuste em suas estruturas operacionais. Isso faz parte de um processo de amadurecimento natural. O CRA, por exemplo, acaba de ser regulamentado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A sua tendência é de crescimento. Em terceiro lugar, aparece o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA), um pouco mais lento e emitido por cooperativas e empresas de insumos, com volume de R$ 4 bilhões.

Nisso tudo, estão integradas as empresas de insumos, as cooperativas e as *traders*. Elas fazem parte do financiamento da agropecuária, com papel fundamental para o desempenho desses títulos, nas chamadas operações *barter* (que, em inglês, significa "troca"). Esse é um mecanismo de financiamento da safra em que o pagamento pelo insumo é feito por meio da entrega do grão na pós-colheita, sem a intermediação monetária.

O CENÁRIO PARA O CRÉDITO RURAL MUDA COM A REDUÇÃO DA TAXA DE REFERÊNCIA SELIC?

WVA: Se a taxa Selic se mantiver em patamares baixos para a economia brasileira, inferiores a 7%, existe um ambiente mais estável para praticar uma taxa de juros menor no crédito rural. Como isso leva a um menor dispêndio na equalização da taxa de juros pelo Tesouro Nacional, a oferta de recursos nas taxas livres pode aumentar. Essa situação refletir-se-ia de forma positiva para o agronegócio. Haveria, também, maior atratividade pelo crédito privado.

> "O SISTEMA PRECISA GANHAR CONFIANÇA NO DESEMPENHO DE ÍNDICES COMO A INFLAÇÃO E O CÂMBIO, ENTRE OUTROS."

O crédito rural a juros controlados continuará a ter o seu espaço enquanto a economia não demonstrar equilíbrio por um período médio de pelo menos cinco anos. O sistema precisa ganhar confiança no desempenho de índices como a inflação e o câmbio, entre outros. Como é tomadora de preços tanto na compra dos seus insumos e máquinas, como na venda dos seus produtos, além da ocorrência de intempéries climáticas e doenças, a agricultura trabalha com taxas de juros diferenciadas. Esta situação é mais sensível para o pequeno e o médio produtores, enquanto o grande conta com maior capacidade de gestão e liberdade para tomar o empréstimo.

DIGITALIZAÇÃO E MENOS CUSTOS BUROCRÁTICOS FAZEM PARTE DO HORIZONTE FUTURO?

WVA: Não conseguiremos fugir dessa tendência implacável nos diversos setores, seja na agricultura, na indústria ou nos serviços. À medida que essas tecnologias são inseridas e evoluídas no sistema financeiro, ganhamos maior agilidade operacional e minimizamos custos.

No caso da agricultura, as fiscalizações poderão ser monitoradas por satélite. Essa automação veio para facilitar e dar mais competitividade para o produtor. Isso chega e acontece de forma muito rápida. A

conectividade do campo faz parte, cada vez mais, da demanda atual da produção, seja do lado da qualidade, seja do da rastreabilidade. As políticas agrícolas devem estar antenadas para fomentar esse processo.

COMO FICA A EFICÁCICIA DA POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)?

WVA: Os principais argumentos para a existência desta política são a curva de sazonalidade de preços e as incertezas quanto ao tamanho das safras. Uma grande produção gera excedentes de produção, depressão de preços e prejuízos para os produtores. O Governo adquire parte disso e forma os estoques reguladores, para serem desovados em períodos com problemas de desabastecimento. Num país continental como o Brasil, a movimentação de safras entre regiões com excedentes e escassez de produção é normal.

Temos dificuldades em função da distância entre as fontes de produção e os centros de consumo. Sabemos das deficiências existentes na infraestrutura do transporte nacional. As políticas agrícolas preveem o financiamento para o produtor estocar e comercializar a produção em um momento mais adequado. O orçamento do Governo é de R$ 2 bilhões para a atual safra. Estes recursos poderão não ser utilizados caso o mercado não sofra instabilidade. É importante enfatizar que os preços mínimos são calculados para cobrir somente os custos diretos de produção, e não para cobrir as margens de lucro.

A INFORMÁTICA E A INTERNET MUDARAM OS NEGÓCIOS NO CAMPO. AGORA, VÊM A DIGITALIZAÇÃO E O MONITORAMENTO POR SATÉLITES.

FRACIONAR O PATRIMÔNIO DO IMÓVEL REDUZ O EXCESSO DE GARANTIA OFERECIDO PELO PRODUTOR?

WVA: A garantia dos financiamentos constitui uma negociação entre as partes: de um lado, o tomador e, de outro, o agente financeiro. Normalmente, os registros históricos desta relação facilitam a negociação. Existe toda uma estatística para ser pesquisada e analisada.

Às vezes, pode haver uma operação de baixa quantia, mas a garantia real – a hipoteca de um imóvel rural – ser de valor bem maior. Nesta situação, o fracionamento da garantia permitiria ao produtor oferecer uma parte do imóvel com valor compatível ao tamanho do empréstimo. Sobrariam partes dos imóveis livres para negociações e, até mesmo, novos empréstimos. Existe um Projeto de Lei nesse sentido, e devemos apoiá-lo.

A RESOLUÇÃO DO BANCO CENTRAL PARA NOMEAR OS DISTRIBUIDORES COMO AGENTES DE CAPILARIDADE É POSITIVA?

WVA: Olhamos esta medida como um avanço para a capilaridade do sistema de crédito. À medida que as operações de financiamento são modernizadas, as estruturas das agências de bancos tendem a ficar reduzidas. Os agentes de crédito presentes nessas regiões distantes ligados à comercialização de insumos, máquinas e produtos são alternativas interessantes. São pessoas próximas e conhecedoras daquele público. Seriam a figura de um repassador, pois a responsabilidade da operação seria do agente financeiro.

FAZ PARTE DO AGRONEGÓCIO ORGANIZADO EM CADEIAS PRODUTIVAS A LEI DA POLÍTICA AGRÍCOLA DE 1991?

WVA: A evolução normal da sociedade sempre implica mudanças nos dispositivos institucionais. Chamamos a atenção para o fato de que esta lei está próxima de completar trinta anos. Nesse período, a agricultura mudou muito, seja do ponto

de vista tecnológico, seja do de gestão. As regiões de produção passaram por transformações. As fronteiras agrícolas aprofundaram-se e se ampliaram. A cotonicultura, por exemplo, migrou para a região Centro-Oeste e o estado da Bahia. Podemos citar outros casos.

Com essa mudança no mapa da produção, os mecanismos de financiamento, de apoio à comercialização e de intervenção do Governo nos processos produtivos sofreram ajustes para acompanhar essa nova realidade. A informática e a internet trouxeram outro ritmo aos negócios e à comunicação. A lei continua válida, mas precisa de uma revisão abrangente nos seus arcabouços legal e regulamentar.



ANTONIO ARAÚJO

SEGURO RURAL ENTRA NA AGENDA DE PRINCIPAL PRIORIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS?

WVA: Sem dúvida. Ao longo do tempo, o crédito rural representava o principal instrumento de apoio para custeio, investimento e comercialização da agropecuária. Muitas vezes, tivemos taxa de juros a níveis incompatíveis à crise de rentabilidade do setor. Agora, precisamos ainda olhar com carinho a comercialização e priorizar o seguro rural. Evidentemente, os problemas na logística, de pós-produção, não podem ficar fora de discussão, pois transferem um custo muito elevado, que impacta a renda do produtor.

Hoje, o crédito rural a juros controlados representa perto de 30% do custo de produção da agropecuária. O restante são recursos próprios do produtor rural e financiamentos da indústria e de distribuidores de insumos, cooperativas, *traders* e outros. Com a Selic a taxas menores, poderíamos ter taxas de juros livres menores para financiar os produtores. Parte dos subsídios para a equalização da taxa de juros poderia ir para a subvenção do seguro rural e o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro). Estamos nesse caminho positivo. Com isso, evitaríamos grandes negociações de prorrogação de dívidas devido a sinistros climáticos, algo que era muito comum no passado. ■

> “AGORA, PRECISAMOS AINDA OLHAR COM CARINHO A COMERCIALIZAÇÃO E PRIORIZAR O SEGURO RURAL.”